



RESISTÊNCIAS (TRANS)FEMINISTAS À CRUZADA ANTIGÊNERO¹

Eixo Temático 39 – Violência de gênero na sua expressão letal: abordagens interseccionais para a interpretação do fenômeno dos (trans)feminicídios

Silvana Marinho ²

RESUMO

Trata-se de uma reflexão da conjuntura atual da cruzada antigênero como fenômeno transnacional, enfatizando as resistências (trans)feministas por meio da disputa da esfera pública. Nesse sentido, o artigo teoriza o tradicionalismo moral como parte constitutiva da razão neoliberal, enquanto uma chave de análise elucidativa dos processos de erosão das democracias por dentro, sustentando a tese de que os pânicos morais de gênero não são cortina de fumaça, são fogo. Conclui-se que a luta pelos “comuns” é uma poderosa estratégia à violência de gênero, uma vez que a substancialidade dos pânicos morais de gênero e de sexualidade repousam na estratégia de minar o poder e a autonomia das mulheres cis e trans.

Palavras-chave: Cruzada Antigênero; Femnismos; Mulheres Trans; Neoliberalismo-Neoconservadorismo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca reunir elementos de análise que apresentem a conjuntura atual da cruzada antigênero como fenômeno transnacional, enfatizando as resistências (trans)feministas por meio da disputa da esfera pública. Reflete-se sobre o tradicionalismo moral como parte constitutiva da razão neoliberal, enquanto uma chave de análise elucidativa dos processos de erosão das democracias por dentro, diante do neoliberalismo-neoconservadorismo. A partir dos feminismos críticos contemporâneos, os quais desvelam as estruturas que dividem a classe trabalhadora, cujas corporeidades e subjetividades são historiadas e reposicionadas, o artigo sustenta a tese de que os pânicos morais de gênero não são cortina de fumaça, são fogo, exigindo respostas estruturais e a luta “pelos comuns”.

¹ Este trabalho articula-se ao Projeto de Pesquisa “Respostas ao Fenômeno do Travestício-Transfeminicídio no Estado do Rio de Janeiro” (Cf. Edital SELIC/UERJ 2024 sob o n.43107), enquanto aprofundamento da tese de doutoramento em Serviço Social no PPGSS/UFRJ intitulada “Por um ensaio feminista do travestício-transfeminicídio”.

² Professora Adjunta do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutora em Serviço Social (PPGSS/UFRJ), marinho.silvana@gmail.com.



Afinal, a substancialidade dos pânicos morais de gênero e de sexualidade repousam na estratégia de minar o poder e a autonomia das mulheres, fundamentalmente em razão da desestabilização que os movimentos feministas provocam.

Quando se trata das resistências transfeministas, vemos como se alarga a violência de gênero. Portanto, a reflexão deste artigo é sobre a importância da luta pelos “comuns”, pois ela nos instiga a deslocamentos. Seja o de nos reconectarmos com as formas coletivas de vida. Seja o de negarmos uma reprodução social baseada no sofrimento de outras pessoas, a fim de nos enxergarmos não mais separadas do outro e reconstruirmos nosso cotidiano.

METODOLOGIA

De natureza ensaística, qualitativa e exploratória, este estudo assenta-se na revisão bibliográfica de diferentes perspectivas feministas para tecer análises e propostas de ação frente às ameaças aos direitos já conquistados de mulheres cis e trans. Passeia-se por abordagens feministas no campo da ciência política, da teoria crítica, marxista, assim como da epistemologia decolonial.

Considerando a necessidade da disputa da esfera pública na luta “pelos comuns” enquanto estratégia de (trans)resistências à violência de gênero, o artigo também promove diálogos com uma literatura em torno dos movimentos sociais, controle social e esfera pública. Ademais, se ancora em dados secundários, como aqueles da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), que publica um *Dossiê*³ descritivo e analítico sobre os assassinatos misóginos contra as travestis e as mulheres trans, e os do *Transfobia em Dados*⁴, um projeto que surge com o objetivo de cobrir a temática trans no Brasil sob o olhar de jornalismo e da elaboração de políticas públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A despeito das disputas sobre o conceito de família, de gênero e de sexualidade não corresponderem a um fenômeno novo (em que de um lado está o pluralismo ético e de outro a moralidade cristã), a tese de Biroli (2020) nos mostra uma peculiaridade em nosso século: a existência de uma *nova combinação entre o político, o econômico e o moral* nas reações

³ Consultar em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: Janeiro de 2025.

⁴ Disponível em: <https://www.transfobiaemdados.com/>. Acesso em: dezembro de 2023.



neoconservadoras à igualdade de gênero e à diversidade sexual. A atual erosão das democracias é, portanto, institucional, econômica e moral. Essas três dimensões

se constituem reciprocamente, em um processo no qual a racionalidade econômica e moral tradicional são simultaneamente reposicionadas, conformando o Estado e as subjetividades em sentido oposto ao da igualdade na diversidade (BIROLI, 2020. p. 143).

A literatura da ciência política compreende a desdemocratização como um processo que “vai desde o enfraquecimento de normas e controle institucionais anteriormente confiáveis a um processo de reversão no avanço dos direitos e no respeito à oposição política” (BIROLI, 2020, p. 141), conformando o autoritarismo moderno.

Esse tem sido um movimento histórico-concreto imbricado ao crescimento da extrema direita no mundo, e no Brasil de forma particular, enquanto expressão da fusão neoliberalismo-neoconservadorismo, que é observada em todo o globo, conforme Wendy Brown (2019). Essa autora demonstra que a racionalidade neoliberal não se restringe apenas à uma doutrina econômica, focada exclusivamente em economicizar todos os aspectos da existência. Ela é, em essência, um *projeto político-moral*, tendo em suas raízes o *neoconservadorismo*. Mais do que um projeto de valoração do mercado:

o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação. O ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é, portanto, uma emanção direta da racionalidade neoliberal, e não se limita aos assim chamados “conservadores” (BROWN, 2019, p.23).

Se, antes, pensava-se que neoliberalismo e neoconservadorismo eram duas racionalidades distintas em suas origens e características, em que o tradicionalismo moral não compunha o objetivo do neoliberalismo em obstaculizar a provisão social do Estado. Hoje, com a extrema direita crescente no mundo, vemos como o tradicionalismo moral está amalgamado à razão neoliberal. O neoconservadorismo, como proposto conceitualmente por Brown (2006, 690-714), “permite uma aproximação entre conservadorismo cristão e individualismo liberal, assim como entre antipluralismo e neoliberalismo”.



Esse cenário, especialmente com a cruzada contra a “ideologia de gênero,” desde os anos de 1990 na América Latina (CORREA, 2018)⁵, ganhou uma centralidade política mais recentemente. Biroli (2020) traz uma costura teórica à tese de que as políticas e campanhas antigênero, antifeminismo e anti-LGBTI+ são uma característica comum dos processos de erosão das democracias em diferentes contextos nacionais e regionais. Lideranças da extrema direita em diversas partes do mundo têm uma agenda central: *a cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”*.

Não é surpresa que tenha traço transnacional. As sociedades modernas que se forjaram até os dias de hoje (sejam as de capitalismo central ou periférico) se ancoram, essencialmente, em valores e princípios morais liberal-imperialistas, que dividem, classificam e hierarquizam as pessoas. Todavia, no Sul Global, a erosão de direitos, via campanhas antigênero, complexifica-se diante dos antagonismos de classe, gênero, raça e sexualidade, próprios de formações sociais como o Brasil, resultando em contingências no acesso à democracia liberal.

A desdemocratização tem efeitos severos sobre a vida concreta de travestis e mulheres transexuais. Ela significa uma série de violações de direitos humanos, em especial, sob uma noção antipluralista, a qual recorre à linguagem dos direitos e da democracia para lhes dar outro sentido, esvaziando-a (BIROLI, 2020).

Para o projeto político de poder da extrema direita brasileira, as pautas feministas e LGBTI+ são uma afronta à “família”, uma vontade “de minorias” que se impõe no Estado, por meio de leis e políticas. O acionamento do discurso da “ideologia de gênero” como ameaçador da família (e também da infância) tem como estratégia controlar o gênero, a sexualidade e a reprodução. Como reflete Segato (2016. p. 96), a esfera pública constituída por um sujeito universal, que é o polo condutor da vida social e política, aduz as violências às minorias, as quais “no son otra cosa que el disciplinamiento que las fuerzas patriarcales nos imponen a todos los que habitamos ese margen de la política”.

⁵ As reações de cristãos conservadores contra o debate de gênero e sexualidade com perspectiva de direito já datam dos anos de 1990. Sônia Correa (2018) faz uma genealogia crítica da política antigênero fabricada pelo Vaticano e aliados, que se empenhou como ator político, fazendo pressão contra pautas mais progressistas, a exemplo do aborto e da sexualidade de lésbicas na IV Conferência Mundial das Mulheres (Pequim, 1995).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consequentemente, temos o fenômeno do travestício-transfeminicídio como uma particularidade da violência de gênero necropolítica (MARINHO, 2023). Ao longo de quinze anos consecutivos constata-se que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais, conforme o ranking produzido pela *Transgender Europe* (TGEU). Nas últimas seis edições do Dossiê da ANTRA, vemos que a totalidade do quadro mensurado de violências assumiu uma feição hiperbolizada da barbárie: houve aumento de mais de 50% nas tentativas de assassinato; mais de 30% de suicídio e mais de 40% de violência doméstica. O requinte de crueldade, traço já conhecido dos crimes de ódio, é presente em mais de 70% dos casos.

Uma outra face dessa violência vem aumentando: a violência política de gênero, em face do crescimento de candidaturas trans eleitas no Brasil dentre vereadoras, deputadas estaduais e federais. Em 2022, tivemos um marco na história das eleições gerais com as primeiras mulheres trans eleitas como deputadas federais: Érika Hilton (Psol/SP) e Duda Salabert (PDT/MG), inclusive dentre as mais votadas. O *Transfobia em Dados* levantou a informação de que as candidatas trans sofreram ao menos 665 ataques transfóbicos nas redes sociais durante o período eleitoral de 2022, apurando que “Deus”, “Brasil” e “Direita” foram as principais palavras mencionadas nas descrições dos agressores. Portanto, quem mais as agride é o então “cidadão de bem”, o “cidadão não democrático” (BIROLI, 2020) que repele a pluralidade.

Em resistência a esses processos, temos lutas vigorosas deslocadas do centro para a periferia. Sua pujança está nas mulheres periféricas do Sul Global, porém, com característica transnacional e plural às lutas, congregando à sua amplitude movimentos populares, além do entrelaçamento de múltiplas resistências às desigualdades, sem esquecer do formato de greve geral, ardil do movimento (ARRUZZA, 2019).

Merece destacar a *Marcha Mundial das Mulheres* (8MMM) de 2000 e suas 25 edições subsequentes, enfocando a pobreza e a violência que atingem as mulheres de todo o mundo. A *Marcha das Margaridas*, a qual também ocorre desde os anos 2000 e reúne as mulheres do campo, das florestas, dos quilombos e das tribos em prol de um desenvolvimento sustentável de preservação da natureza, com justiça social, democracia e não violência no campo. A *Marcha Trans*, que vem reunindo as ativistas, a comunidade trans e as pessoas cis aliadas para denunciarem a negligência estatal na consecução das políticas públicas afirmativas de direitos trans. A Campanha *Travesti e Respeito* em 2004, protagonizada pelas travestis brasileiras com



foco no enfrentamento à transfobia institucional. O *#NiUnaAMenos* na América Latina, em 2015, que pautou os feminicídios cis, negros e trans. No mesmo ano, aqui no Brasil, tivemos a *Primavera das Mulheres* com o grito do *#ForaCunha*, contra a ofensiva neoconservadora sobre os direitos das mulheres na seara dos direitos sexuais e reprodutivos, em especial o aborto.

Organizamos a Greve Internacional *#QueProduzamSemNós*, em 2017, ano em que foi lançada a Campanha *#PelaVidaDasPessoasTrans* no Brasil, denunciando o transfeminicídio, após o assassinato da travesti Dandara, de Fortaleza. O *#EleNão* no Brasil protofascista de 2018 ganhou o mundo, denunciando o avanço do fascismo, do autoritarismo, da misoginia, do sexismo, da LGBTIfobia, da transfobia, do racismo e das reformas trabalhista e previdenciária. Também em 2018 nossas manas argentinas e chilenas puxaram a *Maré Verde* pela descriminalização do aborto, com a conquista histórica da pauta na Argentina⁶.

Atualmente, a esfera pública vem ensejando processos de atomismo social (BIROLI, 2020). É muito presente o baralhamento do público com o privado por determinados setores sociais, que deixam de se ver coletivamente e priorizam a individualização e os interesses particulares, corporativos, clientelistas e personalistas. Esse processo denota a privatização do público numa direção contrária a uma visão pluralista de cidadania (BIROLI, 2020).

Nesse sentido, é premente a disputa da esfera pública, que é o *locus* legítimo para se redefinir tanto a ideia de cidadania quanto a ideia de *público*, enquanto uma instância de mediação política entre o Estado e a sociedade (RAICHELIS, 2000). É nela que se dá o processo de democratização da vida social, de publicização das práticas sociais e da representação de interesses (RAICHELIS, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pânico morais de gênero não são cortina de fumaça, são fogo. Logo, as respostas feministas precisam ser estruturais. É fundamental o chamamento de Federici (2017) à luta pelos “comuns”. As experiências autogestionadas, coletivas e comunais das mulheres trans são uma inspiração nesse sentido.

As lições da luta pelos comuns nos dias de hoje contribuem para encararmos e desatarmos os nossos nós e avançarmos na unidade das lutas sociais que potencializem uma

⁶ O México se juntou recentemente aos 4 outros países da América Latina que permitem a interrupção voluntária da gravidez, além da Argentina: Guiana Francesa, Guiana, Cuba e Uruguai.



frente verdadeiramente comprometida com a emancipação humana: um feminismo de aposta decolonial na tarefa de reinterpretar a história pela crítica da modernidade/colonialidade (SEGATO, 2016), assim como um feminismo para os 99% (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), ou seja, anticapitalista; antirracista; anti-imperialista; internacionalista; que rejeite a “dominação com oportunidades iguais” e supere o feminismo liberal; que se comprometa com uma prática antiessencialista; e que combata a regulação da sexualidade, as violências, a destruição da terra e a subordinação da reprodução social em detrimento do lucro de poucos⁷.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C. Das Greves de Mulheres para um Novo Movimento de Classe: A Terceira Onda Feminista. **Desacato**, 04 de fevereiro de 2019.

ARRUZZA, C. BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**. Um manifesto. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019

BIROLI, F. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, F., MACHADO, M.D.C., VAGGIONE, J.M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p.135-187.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2017

MARINHO, S. **Por um ensaio feminista do travestício-transfeminicídio**. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2023, 366p

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 2. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2000.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

⁷ Uma síntese das 11 teses do Manifesto Feminista para os 99% de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019).